

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E MUNDO DO TRABALHO:

Uma visão contemporânea

Maio 2007

Nanci Martins de Paula

Faculdade de Educação da UnB – e-mail: nancimapa@yahoo.com.br

Categoria: Estratégias e políticas

Setor Educacional: Educação continuada em geral

Natureza: Relatório de pesquisa

Classe: Investigação científica

RESUMO

A invenção do trabalho é exatamente o golpe aplicado pelo industrialismo. São exigidas do trabalhador capacidades para realizar o trabalho. A educação do trabalhador tornou-se necessária e uma demanda constante ao setor educacional, variando o nível de qualificação, em atendimento ao modelo de posto de trabalho; de formação profissional conforme o modelo de profissão; advindo a super-qualificação ou formação profissional ampliada, que tem como caminho o modelo de competência. A sociedade incorpora, com qualificação ou super-qualificação para o trabalho, num tempo também de não trabalho, a “live long learning”, educação ao longo da vida, com vistas à sobrevivência do ser humano na era do conhecimento, dando lugar à educação a distância (EAD). Destaca-se que, a partir da década de noventa, a EAD passa a compor as políticas de Estado, tendo como expressão máxima nos dias atuais a Universidade Aberta do Brasil. A presença da EAD no mundo do trabalho inicia-se mediante cursos por correspondência para ofícios. Hoje, utilizam-se as tecnologias de comunicação e informação no atendimento às demandas por qualificação profissional e formação continuada do trabalhador, visando prepará-lo para as mudanças ao longo da vida.

Palavras chave: educação a distância e trabalho; educação do trabalhador; educação e trabalho no capitalismo.

Introdução

O mundo do trabalho, sob a égide do capitalismo institui o trabalho e o trabalhador como objetos.

Parafraseando Marx e Engels (1986), o trabalho vem em primeiro lugar, pois, o homem precisa dele para satisfazer as suas necessidades básicas, produzindo a própria subsistência, para manter-se vivo; depois vem a importância da consciência, que é produto social e continuará a sê-lo enquanto existirem homens.

No bojo das contradições da vida em sociedade, o desenvolvimento tecnológico da máquina a vapor à eletricidade e, na atualidade, da microeletrônica, tem alcançado patamares inéditos e gerado acontecimentos inimagináveis alguns anos atrás. A tecnologia tem servido tanto ao capital quanto ao estreitamento das relações entre os homens, como também à barbárie que ameaça a humanidade.

No contexto educacional, as tecnologias começam a ser usadas, em especial na Educação a Distância - EAD, no século XX, facilitando o acesso das pessoas aos cursos de formação, tanto inicial quanto continuada. Dessa forma, abrem-se aos trabalhadores possibilidades de qualificação básica e avançada, requeridas para obter um bom emprego e/ou manter-se nele. Assim o quer a promessa integradora, mas não cumprida, da teoria do capital humano. Manter atualizado ou empregável, o subempregado, o desempregado, o trabalhador no mercado formal ou informal. Por outro lado, a educação a distância passou a ser um mercado promissor para quem vende produtos no setor educacional.

Este trabalho integra os estudos de políticas de Educação a Distância do Brasil nas últimas décadas.

As tecnologias e as estruturas organizacionais no trabalho

Antes do capitalismo, segundo Zarifian (2003, p. 76), “teria sido totalmente absurdo distinguir entre o trabalho e o indivíduo que estava trabalhando. [...] é exatamente o golpe aplicado pelo industrialismo: a invenção do trabalho.” O trabalhador e o trabalho foram coisificados, tornando-se objetos de análise e medição no sistema capitalista de produção.

Do trabalhador são exigidas capacidades para realizar o trabalho. Para Zarifian (2003, p. 76), “a qualificação, não é senão uma maneira de qualificar a relação mantida entre o trabalho objetivado e as capacidades do trabalhador, a ele relacionados, hierarquizando-as por níveis de complexidade.” Insere-se nesta assertiva o conceito de posto de trabalho, que ainda hoje se faz presente na divisão do trabalho, na iniciativa privada e no poder público.

O modelo do posto de trabalho tem permitido ao capitalista fragmentar as atividades e controlar o trabalhador na realização das tarefas atribuídas, cabendo ressaltar a aplicação das teorias de Taylor e Ford, dentre outras. Esse modelo requer dos trabalhadores qualificações específicas em níveis diferentes de formação profissional.

Por sua vez, o modelo de profissão tem como origem as corporações artesanais urbanas, recompostas nas grandes indústrias. Ele requer não só a formação profissional do indivíduo, mas a aceitação da classe.

Os dois modelos coexistem no sistema capitalista. No final do século XX começa a emergir, no mundo do trabalho, o modelo da competência. Requer uma formação ampla do trabalhador, não excluindo a qualificação profissional, mas demanda uma formação educacional voltada para reflexão, criatividade, iniciativa, bom relacionamento, capacidade de superar problemas e de criar métodos de trabalho, bem como de lidar com produtos alternativos na atividade exercida. É com o modelo da competência que se pretende devolver o trabalho ao trabalhador, Zarifian (2003).

Destacados os dois primeiros modelos, vale ressaltar que o caráter social da produção se expressa pela divisão técnica do trabalho, organização metódica existente no interior de cada empresa, que impõe aos trabalhadores uma atuação solidária e coordenada. Apesar dessas características da produção, os meios de produção constituem propriedade privada do capitalista.

O capitalismo continua, portanto, sendo o modo de produção mais complexo desenvolvido pela humanidade. Tendo no mercado o centro de sua lógica e na mercadoria a expressão da sua riqueza, os donos dos meios de produção – terras, fábricas, bancos, comércio – exploram os trabalhadores em troca de um salário. Para ressaltar, de acordo com Marx, a divisão do trabalho é efetivada no momento em que surge uma divisão entre o trabalho material e o espiritual. Pode-se constatar no processo histórico do capitalismo que, primeiro a divisão do trabalho veio com a fragmentação do trabalho entre os operários, depois passou a exigir uma atuação solidária e coordenada dos trabalhadores dentro da empresa. Hoje, com a globalização da economia da era do capitalismo unipolar, a divisão do trabalho é internacionalizada.

A instituição da propriedade privada, do mercado e do Estado, garante a manutenção da exploração e o trabalho passa a ser visto como simples mercadoria, embora se constitua numa mercadoria especial, ou seja, que tem a capacidade de produzir novas mercadorias e agregar-lhes um novo valor, o que assegura o aumento do capital para os exploradores.

O trabalho, tal qual a mercadoria, passa a ser valorizado de acordo com a lógica do mercado, enquanto o desemprego aumenta progressivamente com a incorporação de tecnologia (produzida pelo trabalho) ao processo produtivo. Ressalta-se, neste contexto, que o trabalho e o trabalhador são considerados objetos do sistema capitalista de produção de bens e serviços.

O padrão taylorista ou fordista vem sendo substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais, destaca-se a chamada acumulação flexível, tendo como exemplos o modelo japonês e o toyotismo, Antunes (2002).

Essa substituição ocorre devido ao desenvolvimento tecnológico e à competição internacional que impõem uma nova dinâmica à produção mundial, aprofundando as formas de exploração do trabalho e aperfeiçoando a extração de mais-valia.

O toyotismo e o modelo japonês inserem a flexibilidade na produção, equipes que pensam e executam projetos, incentivando maior produtividade, mas fazendo os trabalhadores chegarem à exaustão, Antunes (2002). Essas teorias acontecem em contextos históricos, em que os trabalhadores ora são sindicalizados e obtêm ganhos nas relações de capital e trabalho, ora sequer são ouvidos para o atendimento de suas demandas reais.

As novas indústrias – da terceira revolução industrial – nascem completamente determinadas por teorias científicas, e se baseiam em uma

forma de conhecimento que não procede do empírico, embora, claro, não possa deixar de passar, em algum momento (em especial, no momento do mercado), pelo teste da prática. A pesquisa tecnológica já *sabe*, de antemão, o resultado, pois detém alto grau de controle sobre suas premissas teóricas e algoritmos dos cálculos.

A taxa de incerteza, apesar de estar sempre presente, é pequena, até porque, cada vez mais, a própria pesquisa científica *stricto sensu* está voltada para a descoberta de aplicações práticas – leia-se mercantil – do conhecimento obtido. Disto não há exemplo mais óbvio que a biotecnologia.

A pesquisa científica tornou-se, ela mesma, um componente da produção industrial, e a universidade tende a integrar-se à indústria e ao processo de valorização. Assim *completa-se* a absorção, pelo capital, do conhecimento para a produção do próprio trabalho, por esta mesma razão, incorporando de vez o trabalhador que segue gerando esse conhecimento.

As tecnologias alteraram a vida do homem na Terra e estão possibilitando a sua ida a outros planetas, além da descoberta de outras galáxias, bem como revisão de conhecimentos anteriores, com estudos interplanetários. Estão dando oportunidade aos homens de conhecerem o DNA dos indivíduos e fazerem até mesmo clonagem. Os conhecimentos tecnológicos podem, também, gerar a destruição. A humanidade pode desaparecer numa guerra biológica ou com outras armas de destruição na sociedade dita da informação e da comunicação.

Nesta sociedade da informação e da comunicação, como é denominada a sociedade tecnologizada de hoje, pode-se criar também, e acima de tudo, um ambiente propício ao desenvolvimento do desejo de comunicar, de estar e de construir juntos, numa dinâmica de paz, de respeito e de solidariedade.

Na educação, as tecnologias da informação e comunicação, as TICs, como são chamadas, estão contribuindo a criação de novas possibilidades educacionais, que facilitam o acesso ao conhecimento, além da construção de novas formas de conhecer e da elaboração de conhecimentos de forma interativa. A EAD tem nas TICs suas ferramentas principais para viabilizar a qualificação e/ou super-qualificação dos trabalhadores na contemporaneidade de suas ações.

As demandas do mundo do trabalho à educação a distância

A educação do trabalhador tem sido uma demanda constante ao setor educacional, variando em nível de qualificação, em atendimento ao modelo de posto de trabalho; de formação profissional, conforme o modelo de profissão; advindo a super-qualificação ou formação profissional ampliada, que tem como caminho o modelo de competência.

Não só modelo de competência, mas, sobremaneira, a vida no terceiro milênio está a exigir a educação continuada, pois mesmo os trabalhadores super-qualificados precisam continuar se atualizando, devido à rapidez das mudanças no conhecimento, com seu desenvolvimento inimaginável. Chega-se a prever uma quarta revolução: das sociedades do conhecimento.

Parafraseando Carvalho (2003), a formação para o trabalho na história da educação brasileira é uma questão complexa, o paralelismo ou dualismo do ensino médio com ensino profissional tem predominado, existindo, também,

sistemas alternativos de qualificação profissional, capacitação nas empresas, além da formação profissional oferecida pelas universidades e instituições de ensino superior. No final do séc. XX começaram a ser criadas as universidades corporativas.

Neste contexto da qualificação ou super-qualificação para o trabalho, num tempo, também, de não trabalho, a sociedade incorpora a “*live long learning*”, educação ao longo da vida, com vistas à sobrevivência do ser humano na era do conhecimento, dando lugar à EAD.

A educação a distância no mundo do trabalho tem como marco de referência os cursos por correspondência para ofícios, como é o caso do curso de datilografia. O anúncio oferecendo profissionalização por correspondência para datilógrafo foi registrado na primeira edição da seção de classificados do Jornal do Brasil, que iniciou suas atividades em 1891. Mesmo assim, a EAD só tem o seu início considerado no Brasil, em 1904, com a implantação das “Escolas Internacionais”, representando organizações norte-americanas. A iniciativa não logrou o êxito desejado, devido a pouca importância que se atribuía à educação a distância e muitas vezes foram alegadas dificuldades dos correios, sendo pouco o incentivo das autoridades educacionais e órgãos governamentais ao ensino por correspondência, Alves (1994).

Por todo o século XX foram várias as instituições, entidades e o próprio governo que propagaram a EAD no Brasil, mas ela aconteceu num movimento pendular, com avanços e retrocessos. Segundo De Paula (2006), somente nos anos noventa a EAD ganha espaço nas ações estratégicas de governo, inter-setoriais e interinstitucionais, com suporte de atos legais e a colocação do parque tecnológico das telecomunicações à disposição da EAD, bem como de recursos humanos especializados. Tendo como culminância, à época, a Lei nº. 9394/96 de 20/12/96, LDB, que em seu artigo 80, legaliza a EAD na educação brasileira (Brasil, 1996).

O conceito de EAD acompanhou o desenvolvimento tecnológico, ganhando espaço na educação convencional com o uso das tecnologias da informação e comunicação. No seu campo específico, incorporou ainda as multimídias, as plataformas virtuais de aprendizagem, elaborando metodologias para facilitar o acesso ao conhecimento e ao gerenciamento dos processos educativos, Belloni (1999). Esta evolução da EAD veio colocá-la no tempo presente, como possibilidade de qualificação e super-qualificação do trabalhador, tanto em cursos promovidos pelo Estado Brasileiro, quanto pela iniciativa privada e, mais ainda, em atividade livre na dinâmica do mundo virtual, que gera conhecimentos a partir da interatividade dos indivíduos.

A educação a distância, no contexto da educação brasileira, a partir da década de noventa, passou a compor o espectro das políticas de Estado. Os programas e projetos de EAD passaram a fazer parte do cotidiano educacional. A título de exemplo, ressaltam-se dois programas voltados para qualificação dos professores: Um Salto Para o Futuro, que é um programa de teleducação com recepção organizada, destinado à formação continuada de professores da educação básica, iniciado em 1991; e a TV-ESCOLA, lançada em 1995, com programação educativa voltada para a educação básica, De Paula (2006).

Hoje, a expressão máxima da EAD é a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Esta universidade, em regime consorciado, está investindo na habilitação a distância dos profissionais do magistério e abre oportunidades de formação superior para outros grupos de profissão. A Secretaria de Educação

a Distância, em conjunto com outros órgãos do MEC, além das ações da UAB, está implementando ações de formação inicial e continuada na tentativa de qualificar ou super-qualificar o pessoal da sua própria rede de ensino. Sem esquecer, contudo, de habilitar pessoal para a utilização das tecnologias da informação e comunicação no ensino convencional, MEC (Brasil, 2006).

Nas universidades e institutos de ensino superior são inúmeras as iniciativas na área de EAD, por exemplo: as da Universidade de Brasília (UnB). Nesta universidade pública, disciplinas da graduação e da pós-graduação, cursos de formação inicial e continuada e de educação aberta são feitos no espaço virtual, usando a plataforma do ambiente aprender e outros sistemas de aprendizagem, utilizando as TICs. Na educação virtual merece destaque a ponderação de Moraes (2006): “[...] torna-se um desafio desenvolver uma metodologia de formação de professores mediada pelos diálogos nos círculos de cultura no ciberespaço [...]”. As instituições enfrentam desafios em todas as áreas envolvidas para a realização da EAD, sendo uma delas a metodológica, que não pode perder de vista a emancipação do ser humano em processos interativos coletivos.

Marcam, também, esta época, as universidades corporativas, em número significativo no Brasil. Nelas faz-se presente a EAD na maioria dos projetos educativos, desenvolvidos diretamente ou por convênios com instituições públicas e privadas, Reis Brandão (2004). A EAD, portanto, vem sendo amplamente utilizada como metodologia de ensino. À semelhança do mundo contemporâneo, o mundo corporativo não tem fronteiras e, por conseguinte, o espaço físico ocupa um lugar secundário, quando se impõe a necessidade de sobrevivência de quem procura pertencer a uma rede na qual se pode estar a qualquer hora, em qualquer lugar a qualquer tempo.

A discussão do ensino a distância aplicado às Universidades Corporativas encontra lastro na constatação de que essas estruturas de aprendizagem caminham para constituírem-se em comunidades virtuais, Reis Brandão (2004). O que se realiza com o uso intensivo e crescente das novas tecnologias da educação, em especial o *e-learning*, aprendizagem eletrônica, fomentando mudanças de padrão cultural que impactam na comunicação e nos demais recursos relacionais da organização.

De acordo com Terra (2003), as necessidades de treinamento para a geração atual de trabalhadores podem ser maiores do que nunca, sendo um dos seus mecanismos o *e-learning*, que provavelmente será adotado por uma força de trabalho determinada a alcançar o sucesso em uma sociedade impulsionada pela tecnologia e mudando de forma continuada. *E-learning* é um treinamento profissional pela *Internet*. Uma solução para as questões de tempo, espaço e disponibilidade. Mais uma tendência inevitável na vida das empresas, muito embora no Brasil o acesso à Internet ainda não seja uma realidade para a algumas delas.

As demandas do mundo do trabalho à EAD incluem, também, o trabalhador da EAD. Hoje, mais do que antes, o trabalhador da área de EAD precisa ser qualificado para participar de equipes transdisciplinares, de processos educativos interativos, com acoplamento dos meios de informação e comunicação. Esses processos se realizam entre sujeitos que usam espaços virtuais de aprendizagem para entrarem em contato com o conhecimento existente, construir novos conhecimentos, partilharem saberes e compartilhar diferenças.

Considerações finais

As demandas do mundo do trabalho à educação, em especial à EAD, são por qualificação profissional do trabalhador ou por formação continuada, com vistas a prepará-lo para as mudanças ao longo da vida. Estas demandas podem ser atendidas, segundo o interesse e a determinação do Estado, aliadas ao mundo empresarial e à sociedade, em geral.

A partir da constatação de que a evolução da tecnologia está revolucionando as práticas e estruturas educacionais no mundo todo, isto é, vem mudando o processo de ensino-aprendizagem e a gestão institucional, abrindo, também, as oportunidades de negócios no campo da educação. As previsões são assustadoras: a do *International Data Corporation* (IDC) prevê para o Brasil um movimento de 333 milhões de dólares e para a América Latina cerca de 1 bilhão de dólares no mercado de *E-Learning* nos próximos dois anos. Em 2010 a previsão para o Brasil é de 2,7 bilhões de dólares.

Vale o alerta, no sentido de que a EAD não seja tratada como uma simples mercadoria, ressaltando mais uma vez o seu potencial no contexto da educação. Faz-se necessário que sejam estabelecidas regras de utilização de programas de EAD dentro de padrões aceitáveis pelo setor educacional. A esperança está na ação do Estado, que regula o mercado, até certo ponto. No que se refere à educação deve tomar a direção da democratização das oportunidades de acesso ao saber, de qualificação e/ou formação profissional, de manter atualizado o cidadão brasileiro – que é também do mundo, em dimensão planetária.

Referências

- ALVES, J. R. M. **A educação a distância no Brasil: síntese histórica e perspectiva**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1994.
- ANTUNES R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Bomtempo, 5. ed. 2002.
- BRASIL. **Lei 9394/96** de 20/12/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Brasília – DF: Diário oficial da União, no. 248 de 23/12/96.
- _____. **Informativo da Secretaria de Educação a Distância do MEC**. Brasília: MEC, 2006.
- BELLONI, M. L. **Educação à distância**. São Paulo: Autores Associados, 1999.
- CARVALHO, O. **Educação e educação profissional: trabalho e tempo livre**. Brasília: Plano, 2003.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MORAES, R. A. **Aula virtual e democracia: uma pedagogia crítica no ciberespaço**. Brasília: 2006. TCC3004.
- REIS BRANDÃO, G. **A configuração de universidade corporativa: e suas implicações na Gestão de Recursos**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ENAMPAD, 2004. Anpad, 2004.
- TERRA, J. C. C. **Gestão do conhecimento e prática e-learning na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- TREVISAN, L. **Educação & trabalho: as receitas inglesas na era da instabilidade** – São Paulo: Editora SENAC, 2001.

DE PAULA, N. M. **Educação a distância: construindo possibilidades educacionais.** In: IV Encontro de Pesquisa da Pós-Graduação em Educação e II Semana de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2006. ISBN: 85-89273-05-9.

ZARIFIAN, P. **O modelo de competência: trajetória, desafios atuais e propostas.** Tradução Eric Roland. São Paulo: Senac, 2003.

Nome do arquivo: 54200722120PM.doc
Pasta: C:\ABED\Trabalhos_13CIED
Modelo: C:\Documents and Settings\Marcelo\Dados de aplicativos\Microsoft\Modelos\Normal.dot
Título: EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO MUNDO DO TRABALHO:
Assunto:
Autor: Computador
Palavras-chave: do da educação trabalho no
Comentários:

As demandas do mundo do trabalho à EAD incluem, também, o trabalhador da EAD. Informativo da Secretaria de Educação a Distância do MEC. No final do século XX começa a emergir, no mundo do trabalho, o modelo da competência. Brasília, Plano, 2003.

Data de criação: 4/5/2007 14:12:00
Número de alterações:2
Última gravação: 4/5/2007 14:12:00
Salvo por: Computador
Tempo total de edição: 2 Minutos
Última impressão: 24/8/2007 16:07:00
Como a última impressão
Número de páginas: 8
Número de palavras: 3.363 (aprox.)
Número de caracteres: 18.163 (aprox.)